

EDITORIAL - Energia e Segurança Nacional

General
Gabriel Augusto do Espírito Santo



Dentro das modestas iniciativas culturais que a nossa Empresa pode desenvolver, foi decisão da Direcção promover, coincidindo com a data da 2ª Reunião da Assembleia Geral do ano findo, um Encontro de reflexão sobre “Energia e Segurança Nacional”.

O tema por razões evidentes e muito divulgadas, alicerçadas em algumas prospectivas que afirmam ser “o século XXI o século da energia”, pareceu-nos importante. Importância que no início deste ano, pelo debate que o assunto reveste na vida nacional, como se de súbito se tivesse acordado para temas realmente importantes, foi trazido para o seu verdadeiro significado de interesse nacional e da necessidade de ser encarado com visão estratégica.

Temos de nos congratular pela disponibilidade e pronta aceitação das três personalidades nacionais, nesta área do conhecimento, para participarem neste momento de reflexão e nos enriquecerem com as suas intervenções. Os Engenheiros Nuno Ribeiro da Silva, António Sá e Costa e Pedro Sampaio Nunes são verdadeiros especialistas nas áreas que trataram e de que o presente número da Revista dá testemunho. Para eles o nosso muito obrigado.

Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea disponibilizou instalações da Academia da Força Aérea e do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, na Base Aérea Nº 1, em Sintra, para a realização do nosso Encontro, para o tradicional convívio entre Sócios e convidados e para a reunião da Assembleia Geral. Para o General Taveira Martins e Força Aérea Portuguesa fica a nossa gratidão e uma experiência que, de futuro, tencionamos levar a efeito junto de outros Ramos das Forças Armadas.

Se algo temos a lamentar é, mais uma vez, a diminuta presença de Sócios ao nosso Encontro, por razões de saúde, de serviço, mas também por desinteresse.

Geoestratégia, geopolítica e economia da energia ainda são um sistema de equações com matriz difícil de definir. A que se juntam questões de tecnologias ainda não perfeitamente desenvolvidas e de factores psicossociais contrários a abandonar um estilo de vida

dominante em grandes áreas do globo. Determinismos geográficos continuam a dominar os circuitos de produção e de consumo de energia, conferindo-lhes vertentes regionais que geram instabilidades e potenciam conflitos, procurando-se ultrapassar essas vertentes regionais indo explorar recursos para outras áreas, como a Antártida, ou para outros espaços, como os oceanos. Onde se produz e onde se consome, como produzir, como distribuir e como consumir sem efeitos que degradem o ambiente, como pagar e poupar recursos esgotáveis, como controlar preços e como encontrar fontes de energia alternativas às até agora utilizadas, constituem cada vez mais políticas próprias na política geral de governar os povos. Mercados de consumo, até agora adormecidos, estão a despertar para maiores necessidades de energia que parece ser indispensável para vencer a pobreza. Dois recursos continuam a dominar as atenções, na geoestratégia, na geopolítica e na economia: o petróleo e o nuclear. O tempo do petróleo barato pertence ao passado e porque a sua procura irá crescer, de acordo com algumas previsões, cerca de 40% até 2025, alimentar só com esta fonte de energia a crescente prosperidade económica mundial irá aumentar a insegurança global e regional. O nuclear mostra-se como alternativa de longa duração. Mas a procura e a transformação de materiais utilizáveis para esta indústria levanta a questão de saber a sua única finalidade relacionando-as também com a segurança.

São necessários novos desenvolvimentos tecnológicos para que o vento, o mar, o sol, as biomassas e o hidrogénio se tornem como partes mais fiáveis da equação da energia. São necessárias políticas de energia que permitam um desenvolvimento e um ambiente mais sustentados.

A segurança nacional encontra-se hoje muito vulnerável face às variáveis da equação produção/consumo de energia. O problema não é novo, como acontece com quase todos os problemas para que a Nação parece ir despertando.

Em 1973, numa iniciativa promovida pelo então Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional de que resultou uma publicação que se designou por Prospectiva da Energia, lia-se:

“Hoje, sabe-se que, sem produção em grande escala de energia barata, nenhum programa de desenvolvimento é exequível; que, por critérios selectivos, os consumos podem ser ajustados às condições de cada país ou região; que novos meios de produção e distribuição se mostram capazes de atenuar as carências sectoriais e revolucionar as estruturas básicas duma economia, e que todo o esforço da defesa tem também, como pressuposto indispensável, um nível suficiente de energia disponível, pois por falta dela, ou quando por ela se depende de terceiros, facilmente são postos em causa os interesses fundamentais de qualquer país”.

Eis a razão porque agora, como há mais de trinta anos, consideramos que a energia é uma questão para a Segurança Nacional.